

Pereira, Elenita Malta. *Roessler: o homem que amava a natureza*. (São Leopoldo: Oikos, 2013), 398 p.

Carlos Alberto Menarin

Posdoutorando, Faculdade de Letras e Ciências Humanas
Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, Assis, SP
Brasil
camenarin@yahoo.com.br

Recebido: 4 de fevereiro de 2014

Aprovado: 12 de março de 2014

O livro da historiadora Elenita Malta Pereira, fruto da pesquisa de mestrado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, revela um personagem pouco conhecido no campo da proteção à natureza no Brasil: Henrique Luiz Roessler (1896-1963). O fascínio da autora é transmitido ao leitor nas páginas desta biografia que se situa na crescente produção da História Ambiental brasileira e merece atenção.

Apresentado em cinco capítulos bem distribuídos, o volume estrutura-se sobre dois eixos: a *trajetória* e a *memória* construída sobre Roessler. Iniciando com uma breve descrição das origens familiares, a infância e a “paixão pelo rio” dos Sinos; passando para sua atuação na fiscalização entre os anos de 1939 a 1954, destaca-se constituição de uma rede de sociabilidade a qual Roessler se manteve ligado e a mobilizou em diversos momentos de sua vida; da obstinação pessoal e manutenção dessas relações foram tecidas as tramas desde sua atuação como delegado florestal à fundador e presidente da União Protetora da Natureza (UPN).

Roessler se notabilizou na região do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, pela fiscalização de contravenções de caça, pesca, corte de madeira e reflorestamento, desde 1939 como Delegado Florestal e a partir de 1944 como Fiscal de Caça e Pesca, funções que remetem ao cumprimento do disposto pelos Códigos Florestal, da Caça e Pesca, e das Águas, editados em 1934, exercidos de forma não-remunerada. A reforma do estatuto do serviço público impediu o exercício da

função não-remunerada com a destituição dos fiscais em meados de 1954, levando Roessler a encampar a criação da UPN em 1955, associação pioneira no Rio Grande do Sul, dando continuidade a sua ação combativa que se iniciara na prática da fiscalização, passando pelas inúmeras palestras proferidas em diversos lugares, elaboração e distribuição de panfletos e campanhas educativas.

Com vasta pesquisa em diversificada documentação a historiadora nos convida a refletir, dentre muitos outros aspectos, sobre a dimensão da atuação do Serviço Florestal no território brasileiro de meados do século passado. Por meio da trajetória de Roessler é forçoso pensar como os diferentes agentes se portaram em suas regiões? Como foram recebidos num contexto de parca divulgação das leis, sobretudo nos rincões de um Brasil predominantemente rural? Qual a extensão do conflito em cobrar o disposto pela lei sendo que esta colidia diretamente com a tradição e os costumes arraigados nas comunidades quanto à caça, pesca e exploração florestal, bem como em relação aos grandes proprietários e empresas com ampliado capital?

Uma das frentes de atuação de Roessler foi defender os pássaros, coibindo a caça e empreendendo campanhas enfatizando sua importância no desenvolvimento da agricultura, colocando-o em posição de conflito com integrantes da comunidade de imigrantes italianos por seus costumes e práticas de caça. Além do deleite por abater as aves enquanto “esporte”, sua utilização na culinária – “passarinhada” com polenta – era bastante apreciada e expõe a dimensão do choque do disposto pela lei com as práticas culturais, levando alguns desses agentes a empreenderem uma série de denúncias relatando “violências” e “abusos” de Roessler em suas diligências. A ação judicial terminou inocentando-o, evidenciando, porém, a multiplicidade das formas de conflito deflagradas pela prática de fiscalização e um rico material a ser pesquisado nos arquivos judiciais.

No capítulo 4, ao conjunto de atividades contextualizadas e analisadas em profundidade, inclui-se uma apreciação sobre a formação do ideário de proteção à natureza que Roessler forjou – calcado no nacionalismo na defesa dos bens da pátria, na abnegação pessoal (quase um sacrifício) e a natureza

com valor intrínseco e sacralizada – o qual deveria estar afinado com a intervenção pedagógica, seja na educação formal ou não.

Demonstrando determinada ideia de proteção à natureza presente no debate público e científico na sociedade brasileira dos anos de 1930, o qual Roessler dialogou, Elenita situa-o como “homem de seu tempo”, tal como deve ser compreendido em sua trajetória e abre um profícuo diálogo com as obras de José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond¹, e de Regina Horta Duarte², no sentido de dar espacialidade nos debates e construção das noções de proteção da natureza em diferentes porções do território brasileiro.

Com a morte de Roessler em 1963, seu legado foi requisitado no contexto de organização do movimento ambientalista no Brasil, em particular, na década 1970, onde a percepção de sua atuação “pioneira” justificava credenciais como “patrono” da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) fundada em 1971, por José Lutzenberger e Augusto Carneiro, dentre outros. A construção e a disputa por essa “memória” sobre Roessler como “pioneiro da ecologia” foram analisados no capítulo final, outro mérito da autora por atinar com sensibilidade para esse campo de disputa, sendo seu próprio estudo um dos indícios dessa densa dialética entre passado e presente, lembrança e esquecimento, da qual estimula e torna fascinante o trabalho do historiador. Com esmero na percepção e trabalho com o tempo, Elenita apresenta as contradições e limitações desse discurso acerca de um “Roessler ecologista” construído a partir do conjunto de questões e perspectivas posteriores a sua trajetória.

Um exemplo é a relação estreita de Roessler com grupos de caçadores – e estes nutriam estima por ele – um dos traços de sua rede de sociabilidade que ajudava na legitimidade de sua atuação contra os caçadores infratores. Ou seja, Roessler não era totalmente contrário à caça, à pesca e a utilização florestal, porém zeloso pela forma parcimoniosa e no limite do disposto pelos Códigos então vigentes –

¹ Franco, José Luiz; Drummond, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920 - 1940* (Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009).

² Duarte, Regina Horta. *Biologia Militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil, 1926-1945* (Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010).

ações praticadas por outros fiscais em diversas regiões. O diferencial que construiu tal imagem advém do seu legado de denúncia da degradação do ambiente, como a poluição do Rio dos Sinos, o desmatamento e o não cumprimento do reflorestamento, a caça de espécies e períodos indevidos — destacando sua crítica à caça de pássaros, a pesca com explosivos e artefatos impróprios em períodos de piracema, a não colocação de telas protetoras nas bombas captação de água na rizicultura, dentre outros temas.

A atualidade da crítica contribui para uma associação imediata entre esses dois contextos. Daí a pertinência da pesquisa histórica para ajustar o foco da percepção do tempo presente. E a opção da autora em trabalhar com “as memórias” sobre Roessler se mostraram acertadas. Uma obra instigante pelas inúmeras questões que desperta e bem vinda para a História Ambiental no Brasil.